

João Alves já pode ser indiciado

A CPI do Orçamento já tem documentos que evidenciam as ligações do deputado João Alves (sem partido-BA) com as empreiteiras e com os órgãos do Executivo responsáveis por obras públicas. Com isso, de acordo com integrantes da CPI, o parlamentar já poderia ser indiciado por corrupção ativa, corrupção passiva e formação de quadrilha, além do crime de colarinho branco.

Entre a documentação apreendida na casa de João Alves na segunda-feira, pela Polícia Federal, a pedido do presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), há uma relação de 23 projetos prioritários, todos na área do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em que, numa primeira coluna, são dados os códigos das emendas ao Orçamento, numa segunda, a especificação da obra nos estados e, na terceira, o valor atual e a suplementação necessária. En-

tre a primeira e a segunda colunas aparecem, escritos a mão, os nomes das empreiteiras OAS, Odebrecht e Queiroz Galvão.

O braço com o Executivo também está claro na papelada de João Alves. Principalmente nos ministérios da Educação, da Previdência, da Aeronáutica, da Saúde e da Ação Social, na extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e no DNER.

Irmãos — Dois funcionários do Ministério da Educação — Carlos Alberto de Oliveira e Luiz Carlos de Oliveira, irmãos —, tiveram os sigilos bancários quebrado porque a CPI descobriu que depositaram cerca de US\$ 200 mil na conta de João Alves. Na papelada apreendida na casa de Alves há um bilhete escrito a mão, com referência aos dois irmãos e à quantia de dólares: “Carlos Alberto Oliveira e Luiz Carlos de Oliveira depositaram em minha conta 200 mil dólares. Canalhas”.